

ATA 08/04

Tema: Desenvolvimento regional

Professor(a) palestrante: Claudio Cesar de Paiva e Elton Eustáquio Casagrande

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

----//----

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional começa ter um peso fundamental no século XXI, pois no século XX, as políticas regionais não foram suficientes para promover mudanças estruturais e romper com as desigualdades sociais e regionais. Sendo assim problemas como desigualdades regionais, fluxos migratórios contínuos e um modelo de federalismo competitivo e não cooperativo e a falta de aparatos institucional e de instrumentos regionais com o fim da SUDENE e SUDAN, a política de desenvolvimento regional ficou quase que abandonada até o início do Governo Lula, com o PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A PNDR é uma estratégia de desenvolvimento do país e uma prioridade da agenda nacional, a proposta foi apresentada em 2003 e institucionalizada em 2007. Tem como objetivo não combater a pobreza das cidades, pois isso é competência municipal, mas sim se expressar na pobreza individual e regional, em sua debilidade econômica e observar seus fluxos migratórios, que geram os grandes bolsões de pobreza. Portanto o foco desta política é territorial, visando reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões do país.

O importante de se destacar é que um programa que visa alavancar a economia regional deve se preocupar em não apenas aplicar modelos de economia, negócio, etc. nas regiões precárias, como acontece muitas vezes nestes programas. O importante é observar o potencial da região, aproveitando seus negócios específicos como artesanato regional, produção local, etc.

Observando a metodologia empregada para definir as regiões – Estagnada de Média Renda, Alta Renda, Baixa Renda Estagnadas, e Dinâmicas de Menor Renda – são

utilizados o cruzamento da variável *rendimento domiciliar médio* e *crescimento do PIB per capita*, que criam os tipos ideal acima.

O problema que eu detecto é que deveria haver mais variáveis para a construção dos tipos ideais a serem trabalhados, estes dados acabam por homogeneizar e generalizar grandes áreas. Reconheço que se faz o uso de políticas regionais e que a competência de gerir a pobreza da cidade se dá a nível municipal e a regional a nível federal, porém, como no Brasil é comum áreas pequenas terem alta concentração de renda e muita pobreza, índices como os utilizados acabam por homogeneizar a população, como observado no mapa do Estado de São Paulo, onde se transmite a ideia que praticamente o estado inteiro tem alta renda, uma vez que não. Quer dizer, esta metodologia me pareceu um tanto quanto rasa para trabalhar com regiões mais pobres. Mesmo que o objetivo principal não seja combater a pobreza específica, isto é um dado que não pode ser passado por cima, mesmo por que indicadores econômicos não necessariamente refletem a qualidade de vida, e ficar buscando números e dados para justificar o desenvolvimento e qualidade de uma região pode ser um equívoco, é preciso um alerta para não cair em um desenvolvimentismo.

É evidente que é necessário uma política regional para aumentar a dinâmica das áreas mais pobres, evitar grandes fluxos migratórios que causam bolsos de pobreza. Pois mais necessário é se atentar de qual a maneira que estamos fazendo isso, acredito que a PNDR já foi um grande avanço neste campo, mas com certeza há muito que se aprimorar, como a atenção a indicadores sociais e focar mais ainda em planos de ações específicos para cada região em questão.

ATA 22/04

Tema: Comunidade de Aprendizagem: programas de extensão e o direito à cidade

Professor (a) palestrante: Roseli Rodrigues de Mello

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

---//---

Esta palestra foi de imensa importância, não somente para o Instituto Direito à Cidade, mas de maneira geral para a comunidade acadêmica.

O tema tratado, em linhas gerais, é de como a comunidade acadêmica se relaciona com a comunidade externa, em relação ao programa de extensão. Fundamental isso para o Instituto, pois a extensão é uma de suas propostas.

A questão que é posta aqui é uma crítica de como a academia se relaciona em relação à pesquisa e extensão.

Na maioria das vezes, pesquisadores acadêmicos vão às comunidades pesquisarem elas ou aplicarem suas pesquisas e tratam a comunidade externa como meramente um objeto de pesquisa que não tem nada a oferecer ao pesquisador, que se considera esclarecido ao ponto de ir à comunidade e extrair seus dados para pesquisa.

Desta maneira, a extensão tão pouco funciona, e chega ao final da pesquisa, o pesquisador simplesmente abandona o projeto, frustrando muitas vezes a comunidade. Assim não acontece um diálogo, mas sim um monólogo.

O que Roseli veio nos apresentar é uma proposta que de certo modo é inovadora, que nos demonstra que a extensão não pode ser um monólogo, mas sim um diálogo. Saber valorizar o conhecimento popular é fundamental para um bom pesquisador, pois o que difere o conhecimento acadêmico do popular são as categorias que usamos para pensar, portanto não podemos descartar as várias formas de conhecimentos simplesmente por que as pessoas não possuem um diploma.

Esta proposta apresentada critica então o modelo extensionista, abordagem e aplicação e busca uma comunicação igualitária entre a universidade e a comunidade neste processo de conhecimento científico.

Outro ponto importante é pensar a continuidade de projetos de extensão, que muitas vezes são abandonados pelos pesquisadores, deixando a comunidade desamparada, portanto é pensar a continuidade destes projetos.

A palestrante explica que buscaram nas experiências educativas na Espanha, nas chamadas Comunidades de Aprendizagem, com práticas inovadoras educacionais e sociais, com parcerias com centros educativos, buscando melhorar a convivência nas escolas e superar situações de fracasso escolar.

Mas para não focar exatamente na experiência em foco, que não é exatamente o que nos interessa aqui. O ponto importante é refletir qual o papel do Instituto com a comunidade na questão de extensão e pesquisa. Seja com palestras junto à comunidade, ou com projetos com parcerias com ONGs e outros institutos, visando conscientizar a população de seus direitos e deveres, ensinando técnicas que busquem sustentabilidade, etc., mas sempre pensando de uma maneira de igualdade entre universidade e comunidade e sempre aberto a aprender com os outros.

ATA 29/04

Tema: Direito ao Patrimônio Cultural

Professor(a) palestrante: Benedito Tadeu de Oliveira

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

---//---

A palestra se deu com foco no patrimônio cultural e imaterial da cidade, pensando desde casa, praças, parques, etc. e entender qual a importância do patrimônio cultural e imaterial para a cidade.

O palestrante começou a fazer um recorte teórico-histórico sobre restauração, desde o Renascimento, passando pelo Iluminismo, a Revolução Francesa, que segundo ele foi um marco para a restauração.

Depois abordou algumas regras para reconstrução de patrimônios históricos e a legislação, lembrando o marco para o patrimônio brasileiro com a constituição de 1988 que passou a competência de promover a proteção do patrimônio histórico cultural local para os municípios.

Foi destacado que para a restauração e manutenção de um monumento, casa, parque, sítio arqueológico, dentre outros, é necessário fazer toda uma análise crítica histórica muito bem detalhada, buscar o desenho original da obra, fazer um mapeamento dos danos, depois um laudo e por fim a intervenção adequada.

Durante a palestra foi dado inúmeros exemplos ilustrados como, por exemplo, hospitais e prédios públicos, e foi explorado também imóveis que deveriam estar protegidos, mas não estão.

A grande questão apresentada foi como ter um desenvolvimento urbano respeitando o patrimônio histórico e cultural. Se formos pensar aqui em direito à cidade, pensar patrimônio é pensar direito à memória, a cultura, ao conhecimento, história e origem.

Quer dizer, outra vez nos deparamos com os limites do público e privado como um tema fundamental, pois como destacado, há uma enorme dificuldade em se tombar um patrimônio histórico. Há todo um processo, que precisa de um projeto, muitas vezes há que se comprar o imóvel para tomba-lo, e depois uma verba para restauração e manutenção, pois são poucos imóveis que são mantidos pela iniciativa privada.

Então se pergunta como é possível manter patrimônios históricos e culturais numa cidade onde há, por exemplo, uma enorme especulação imobiliária, como em São Carlos, que em 4 anos que moro aqui, já vi inúmeros casarões sendo demolidos no centro da cidade para dar lugar a prédios novos; ou mesmo casas antigas abandonadas que se deterioram como tempo.

Portanto, buscar uma função ao patrimônio histórico talvez seja uma das questões mais difíceis de pensar, pois, nesta lógica capitalista, todo bem material tem que produzir riquezas e a prefeitura também não pode simplesmente sair por ai tombando patrimônios para virarem museus. Quer dizer, é todo um processo que envolve verba alta, processos de desapropriação, mão de obra qualificada para restauração, e por fim, qual o uso dado ao patrimônio.

Portanto, a palestra me acrescentou no sentido de que é uma área que nos coloca mais desafios e problemas do que soluções, de se pensar de como o nosso modelo de desenvolvimento tem engolido nossos patrimônios a fim de gerar lucro e novas utilidades aos espaços antes ocupados por imóveis antigos, etc.

Foi uma palestra que nos lançou um desafio enorme, e que com certeza uma das quais mais me deixou refletindo, mas é como dizem: a ciência não avança com boas respostas, mas sim com boas perguntas.

ATA 06/05

Tema: Ética e Cidade

Professor(a) palestrante: Cibele Risek e Wolfgang Leomar

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

---//---

Reflexões sobre a palestra.

O tema ética e cidade é fundamental para se discutir o que é o urbano na contemporaneidade. Um dos principais conflitos na sociedade contemporânea se apresenta pelo fato do sistema econômico ser capitalista. O sistema capitalista apresenta um conflito inevitável entre os interesses universais/públicos e particulares/privados.

A sociedade, hoje, está centrada totalmente na cidade, lugar que se mostra como palco de interesses e conflitos. O capitalismo, como vivenciamos no Brasil, procura extrair o máximo de lucro a qualquer custo, sem dar muita importância ao social. Desta maneira o capitalismo se apresenta como importante defensor dos direitos privados, em prol de uma pequena elite abastada. Por outro lado, o Estado deveria defender os direitos universais, que representa o público, o coletivo.

Portanto a tensão entre o público e o privado, como assistimos no Brasil, se apresenta de forma muito drástica. Conforme Wolfgang destacou na palestra, o golpe de 64 foi a demonstração clara deste conflito. Quando foi proposto grandes mudanças estruturais no país, que beneficiariam de maneira geral o coletivo, aconteceu o golpe como uma saída entre essa tensão em benefício do privado. Houve então uma privatização da vida pública e a liberação da acumulação privada. O incentivou ao privado se deu a nível nacional.

Durante os 21 anos de ditadura, criou-se um *habitus* que se reflete neste autoritarismo em defesa do privado e não do coletivo. Os interesses particulares estão galgados pela acumulação de riquezas, logo pela exploração da força de trabalho.

O desafio que se põem ao pensar a ética e a cidade é como enfrentar os interesses particulares e os universais no sistema capitalismo?

Lembrando que o capitalismo depende da cidade para existir. É na cidade que o capitalismo tem a lógica da produção de excedente e acumulação de riquezas. Portanto a cidade é o pressuposto do capitalismo. Como destaca Harvey, o urbanismo tem sido

matéria fundamental para o capitalismo nas cidades. É preciso pensar novas maneiras de urbanismo que saia da lógica de mercado, por isso a necessidade de o Estado atuar como produtor de bem estar social, sem terceirizar serviços.

Wolfgang destacou que é necessário dar voz aos miseráveis, pois eles estão excluídos até mesmo do sistema de exploração, pois mesmo neste sistema, há margem para negociação. Embora sejam excluídos do sistema de produção, eles, mesmo que de maneira rasa, fazem parte do sistema de consumo, que alimentam o capitalismo. Portanto há uma luta entre o capital e os explorados pelo capital. É necessário que além de dar voz aos excluídos, há de se pensar na qualidade desta voz.

A Cibele Risek, que palestrou após Leomar, veio ilustrar como o Estado brasileiro passou a partir da década de 1980, da tríade de [estado, trabalho e política], onde se encontrava a luta de classes e o operário, para a tríada [cidade, negócio e gestão]. A cidade aqui entra como negócio, como gestão, numa lógica capitalista perversa, e não mais como pensadora de conflitos sociais. Aqui a cidade coloca o econômico a frente de qualquer questão, como uma empresa privada que deve gerar lucros.

Risek apontou, com bases em suas pesquisas, de como a pobreza passou de políticas públicas para negócio, extração de mais-valia do pobre, que é duplamente explorado: uma vez em seu trabalho, outra vez no consumo do que deveria ser políticas públicas.

O problema do *negócio* é que ele só atende a um interesse comum: servir ao mercado e não ao interesse público.

Portanto, ética e cidade estão atrelados, tendo como pressuposto que a cidade e o urbano são a condição para a existência do capitalismo e o capitalismo defende os interesses privados, que por sua vez se sobrepõem aos interesses públicos, é preciso repensar qual capitalismo queremos e qual cidade queremos.

ATA 06/05

Tema: Direito à cidade e Habitação Social

Professor(a) palestrante: Carolina Pozzi

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

----//----

O tema discutido hoje durante a ACIEPE Construindo o Instituto Direito à Cidade é de meu interesse específico devido a minha pesquisa que está sendo realizada na iniciação científica e tem como objeto de pesquisa a periferia geográfica da cidade de São Carlos e suas transformações no que toca a segregação urbana.

Quando pensamos segregação urbana, o primeiro modelo que nos vem à cabeça é o esquema centro-periferia, onde o centro seria o local mais dotado de urbanidade e serviços de qualidade e habitado pelas classes mais abastadas, e, em extremo oposto, a periferia seria constituída pela precariedade urbana e pela ocupação de classes mais carente, caracterizada principalmente pelo binômio autoconstrução/ocupação ilegal.

Entretanto, desde o final do século XX tal contexto tem se alterado, principalmente com a inserção de condomínios fechados nas bordas urbanas, que tem transformado este espaço, resignificando o.

Mesmo com novos tipos de empreendimentos nas bordas das cidades, a pobreza nunca deixou de existir, mesmo porque os empreendimentos de alto padrão quando localizados em periferias, sempre estão distante da pobreza, seja pela distância ou pela separação física como muros e sistemas de segurança. E é ai então que a profa. Carolina nos apresenta um ponto importante, pensar que a pobreza da periferia ilegal, antes apresentada pela clandestinidade e autoconstrução, agora é financiada por programas do governo. Pode se dizer então que há uma oficialização da pobreza, quando antes considerada cidade ilegal, agora ela é legal, porém a precariedade e a falta de urbanidade continuam presentes.

O foco da pesquisa da professora se dá na cidade de São José do Rio Preto e Araraquara, analisando o Programa Minha Casa Minha Vida, financiado pelo Governo Federal, mas executada pela iniciativa privada.

O principal problema da privatização de serviços de bem estar social, garantidos pelo artigo 6 da constituição de 1988 – “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (destaque meu) – é que os direitos saem de uma escala social, especificamente falando da moradia aqui, e entram em uma escala de mercado que serve ao capitalismo. Portanto, as empresas que executam tais programas se importam mais com lucros do que com o bem estar social de seus clientes em questão, a população carente, e isso acarreta sérios problemas. O principal deles é que tais programas de habitação continuam a situar os empreendimentos na periferia, onde o acesso e direito à cidade consolidada não costumam a ser cumpridos. O programa se executa sem se interessar por problemáticas como a social, ambiental e justiça. Não existe uma inserção urbana dos mais pobres que continuam excluídos principalmente pelo acesso dificultado à cidade consolidada, enquanto grandes empresas privadas se apropriam da riqueza social para produzir seus lucros são as grandes beneficiadas deste esquema.

Portanto é preciso investigar o que se está acontecendo na periferia, mas não somente na periferia informal, mas também na periferia formal. O que tudo indica é que os pobres outra vez são jogados cada vez mais às extremidades da cidade consolidada, e outra vez são objetos de extração de mais-valia pelo nosso capitalismo selvagem.

Logo, pensar direito à cidade é pensar também moradia digna, é pensar acesso à cidade consolidada, mas, além disso, pensar direito à cidade segundo Harvey, é democratizar a construção da cidade e não apenas pensar no acesso à cidade já construída. É necessário também quebrar com esta lógica de urbanização que propulsiona o capitalismo alimentando grandes empresas privadas, mas pensar a urbanização como bem estar da população geral.

ATA 28/05

Tema: Sustentabilidade

Professor(a) palestrante: Sandra Mota e Bernardo Teixeira

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

---//---

A discussão da aula foi sobre cidades sustentáveis. Pensar em sustentabilidade envolve vários aspectos, não somente o ambiental, como o senso comum diz, mas também o econômico, o social, o cultural, político e o geográfico/espacial.

Foi discutido a trajetória de *ser* sustentável. Antes se falava em cidade sustentável ou não, agora se pensa em cidades mais sustentáveis ou menos sustentáveis, pois em uma cidade há coisas que são e coisas que não são.

Para se classificar uma cidade favorável ou desfavorável à sustentabilidade, se adotou uma metodologia que consiste em eleger diversos indicadores, que vão além do ambiental, como já comentado, e classificado como favorável ou não a sustentabilidade, e a partir do conjunto destes indicadores, poder situar a condição da cidade.

Quando um indicador se mostra não favorável, ele precisa ser trabalhado para que possa vir a ser neutro ou favorável a sustentabilidade.

Foi apresentado durante a palestra o programa realizado Jaboticabal Sustentável, que visava a concepção, incorporação e monitoramento da sustentabilidade em políticas públicas.

O importante em se pensar em políticas públicas, é se pensar em planos de ação local, de preferencia junto a população, pois são justamente os planos de ação local que tiram a ideia do papel e conseguem consolidar as políticas públicas.

Foi destacado que no Projeto Jaboticabal Sustentável, os planos de ação local se deram com parcerias com diferentes instituições locais, como ONGs, universidades, escolas, etc. E também com a realização de diversas reuniões sistemáticas de planejamento e organização das ações do grupo no município, fazendo assim um processo participativo.

É importante seminários e palestras de capacitação de profissionais, professores e colaboradores, a respeito do conceito de sustentabilidade e seus indicadores.

O que me acrescentou fundamentalmente dessa aula foi sobre pensar o que é sustentável, fora do conceito raso de ligação direta de sustentabilidade e aspecto ambiental. Pensar em vários aspectos da cidade e como tornar cada ação pública de planejamento o mais sustentável.

ATA 10/06

Tema: Construção de planos diretores

Professor(a) palestrante: Luiz Falcoski

Aluno: Thalles Vichiato Breda, 4º ano de Ciências Sociais.

Área de interesse: Sociologia Urbana

---//---

O principal destaque desta aula foi como se dá a construção de um Plano Diretor em uma cidade. O Plano Diretor que é instrumento fundamental para a gestão urbana.

Ele pode se dar de maneira participativa ou não. Quando o PD se dá de maneira participativa, a população tem o direito à opinião, com isso, os reais problemas da cidade podem ser atendidos de maneira mais eficaz, e o instrumento se torna democrático, atendendo a sua verdadeira função, porém como foi destacado na palestra, esta maneira de se fazer o PD, com a participação dos cidadãos, organização de grupos por bairros ou regiões, fazer reuniões, etc, pode ser muito trabalhoso e demorado.

Alguns prefeitos então optam por fazer o PD de cima para baixo, contratando equipes profissionais, que analisam os problemas da cidade sem a participação do cidadão. Esta maneira de se fazer o PD tem um grande problema – os problemas da cidade podem ser entendidos de maneira superficial – sendo assim, as propostas para a cidade podem acabar por não atender os reais problemas. Entretanto, esta maneira pode ser eficaz também, quando feita com muita atenção e um real diagnóstico da cidade pode surgir.

O que determina um bom diagnóstico da cidade talvez não seja nem tão influenciado pelo processo, mas sim pela vontade de se fazer, enquanto alguns prefeitos

simplesmente cumprem a tarefa de realizar o PD, por questões jurídicas, outros prefeitos o fazem valer a pena e realmente se utilizam do seu PD para um instrumento de gestão pública, visando melhorar a cidade.

Outro ponto a ser destacado da aula e que está sempre presente de alguma maneira em todas as aulas da ACIEPE é o quão a gestão pública é afetada pelos interesses privados.

O PD é um instrumento fundamental para a política urbana para o município, ele visa organizar e gerir a ação dos agentes públicos. Aqui entra uma questão fundamental de interesse privado/público: a função da terra.

O PD torna a terra como função social, ou seja, acima de interesses privados. Isto pode ser um grande conflito, principalmente devido à forte especulação imobiliária que há.

É neste contexto que se apresenta a conflituosa construção/aplicação do PD, onde em uma prefeitura pode haver políticos apenas interessados no seu próprio benefício e que se utilizam de instrumento políticos para se beneficiar, deixando o interesse privado invadir o domínio público, ou mesmo beneficiando empresas que financiam campanhas políticas, ou prefeituras sérias que se mobilizam em prol do seu povo e se utilizam do PD como um grande instrumento de gestão pública visando o bem coletivo.